



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 087

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE AGOSTO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo .....	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Cida Borghetti
PT .....	Tadeu Veneri
PDT .....	Barbosa Neto
PL .....	Mauro Moraes
PPS .....	Waldir Leite

### Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 03: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

**DIÁRIO Nº 087****SUMÁRIO****Mesa Executiva .....****Presenças .....****Abertura da Sessão .....****Expediente:**

Requerimentos .....

Projetos de Lei .....

**Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....

Discussão / Votação:

Discussão Única (Proposição)...

3ª Discussão.....

2ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Discussão Única (Indicação).....

Requerimentos.....

**Encerramento da Sessão .....****Transcrições .....****Publicações:**

Diretoria Geral

Despacho do Diretor.....

Ata de Comissão

Constituição e Justiça.....

**081ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
24 DE AGOSTO DE 2005**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,  
secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr.  
Deputado Geraldo Cartário.

**Presenças:**

Às dezesseis horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca e Tadeu Veneri (30). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Elio Rusch, Ademir Traiano, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Deputada Elza Correia, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nelson Justus, Nelson Garcia, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Valdir Rossoni e Waldir Leite (24).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

**Abertura da Sessão:****O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Requerimentos****REQUERIMENTO Nº 2424**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 385/2005, de autoria do Tribunal de Justiça, que tem por objetivo alterar dispositivos da Lei nº 14.277/2003, que trata do Código de Divisão Judiciária do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

## REQUERIMENTO Nº 2437

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

## REQUERIMENTO Nº 2426

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 118/2005, Mensagem 010/2005, que altera a Lei Complementar nº 01 de 02.08.72, item 03 da Ordem do Dia, por 02 (duas) sessões.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

## REQUERIMENTO Nº 2436

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 005/2005, por 02 (duas) sessões.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2433

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, com fundamento no artigo 53 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, REQUER à Mesa, realização de Audiência Pública junto à Comissão de Saúde Pública, nos dias 15 de setembro no Município de Umuarama, 16 de setembro no Município de Campo Mourão, 14 de outubro em Londrina, 15 de outubro em Maringá, e 26 de novembro em Curitiba. O objetivo é discutir o orçamento e a aplicação dos recursos financeiros destinados à saúde pública no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(aa) TADEU VENERI e  
LUIZ ACCORSI

## REQUERIMENTO Nº 2429

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, do Sr. Sérgio Pagni.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2435

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de congratulações à equipe da Revista Ecológica, lançada no dia 22 de agosto de 2005, assim constituída:

- publicação de Celso Carlos Moreira e Paulo Roberto Moreira - Rua Rocha Pombo, 965 - Juvevê - Curitiba/PR - CEP 80.230-590;

- projeto gráfico e edição - Literal Link Comunicação Integrada - Rua Francisco Rocha, 445 - CEP 80.420-130;

- jornalista responsável - Aldo Ribeiro;

- redação - Luiz Cláudio Massa, Márcio Rodrigues, Marcos Scotti, Melissa Medroni e Edmundo Inagaki;

- direção de arte e diagramação - Alessandra Nogueira Saltori e João Carlos Braga;

- fotografia - Denis Ferreira Netto;

- publicidade - Saltori Assessoria Comercial;

- assessoria de comunicação - Lide Multimídia;

- CTP e Impressão - Serzegrat;

- foto da capa - Denis Ferreira Netto.

O trabalho realizado pela referida revista é muito interessante e vem somar esforço por um meio ambiente mais equilibrado.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 2434

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Exmo. Sr. Reinhold Stephanes, solicitando do mesmo a unificação das carreiras de médico anesthesiologista no Estado do Paraná e a elevação do nível salarial inicial desses profissionais que prestam serviços na Saúde Pública do Estado.

A falta de médicos anesthesiologistas nos Hospitais Universitários vem inviabilizando a realização de cirurgias eletivas (não se classificam como emergência nem urgência). Além do atendimento ser precário nesses hospitais, essa ausência de cirurgias eletivas inviabiliza a utilização dos hospitais universitários como escolas, o aprendizado dos alunos dos cursos de medicina fica também precário.

O curso de Medicina da UEM completou 18 anos em 2005 e, desde sua criação, tem se destacado em âmbito estadual e até nacional pelas notas excelentes frequentemente obtidas nas avaliações do MEC (notas A) e, este ano, pela nota 5 no ENAD (nota máxima - primeiro lugar no sul do país); fatos estes, que contribuem para que seja o curso mais procurado da UEM (195 candidatos por vaga no vestibular de inverno 2005), sendo este mais

um dos vários aspectos que tornam Maringá cidade de grande destaque no Estado do Paraná.

O teor prático do ensino, indispensável na formação do profissional médico, é proporcionado aos alunos do 5º e 6º anos de HURM (Hospital Universitário Regional de Maringá), no qual são atendidas 4.800 pessoas/mês no pronto-socorro 24 horas, 2.500 pessoas/mês nos ambulatorios de especialidades e, aproximadamente 60 leitos de internamento.

Para garantir a realização de cirurgias de emergência durante 24 horas foi necessário que o HURM remanescesse seus anestesistas de modo a ter ao menos 1 (um) anestesista disponível ininterruptamente.

Dessa forma, não restaram anestesistas disponíveis para as cirurgias programadas (eletivas) que, unicamente por este motivo, deixaram de ser agendadas há mais de um ano, resultando em inúmeras cirurgias não realizadas até o momento, impossibilitando o tratamento médico adequado e uma grande parcela dos pacientes.

O aprendizado médico prático também vem perdendo qualidade, uma vez que as cirurgias eletivas parte importante (e obrigatória) da formação médica básica.

O concurso público para a contratação de novos anestesistas não recebeu nenhuma inscrição devido ao salário oferecido ter sido aquém do que é proporcionado pelo mercado de trabalho desses profissionais. Dentre outras dificuldades existentes no HURM, a falta de anestesistas vem sendo a mais preocupante, pois repercute desfavoravelmente no atendimento médico à população.

A deficiência apontada torna os casos mais graves (ou fatais) e mais onerosos para sistema público de saúde por não terem sido solucionados a tempo.

A qualidade da formação médica proporcionada aos acadêmicos fica prejudicada pela ausência de cirurgias, fator este imprescindível no atendimento à população, que brevemente estará sob os cuidados desses profissionais.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2427

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando a revisão da classificação e efetivação do Sr. Wellington de Paulo Pereira, após análise do processo protocolado sob nº 2435 do Núcleo Regional de Ensino de Londrina.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2428

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando a manutenção da EJA (Educação de Jovens e Adultos) na forma como hoje se encontra com ensino presencial e semi-presencial e um prazo maior para a discussão com a comunidade representada pela (APP-Sindicato) e por representantes de alunos já que a data limite 02 de setembro é muito curta.

O referido requerimento se justifica pois, como é de conhecimento de V. Exa., a modificação proposta pela Secretaria de Estado da Educação prejudicará boa parte dos 170 mil alunos da EJA, espalhadas por 293 escolas com ensino presencial e 84 com ensino semi-presencial.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2430

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Exmo. Sr. Cel. David Antonio Pancotti, solicitando informações sobre os reais motivos que justifiquem a retirada do nome do soldado Marcelo Ferreira Guimarães/6.303.564-5, da lista dos aprovados no Exame Intelectual do Concurso ao Curso de Formação de Cabos PM/BM - 2005, conforme consta em anexo, datado em 18.08.2005, retirado do site oficial do concurso e a entrada do soldado Samuel Chalcoski/4.290.396-5, também conforme lista em anexo, retirada no dia posterior.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2432

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado solicitando que sejam instaladas unidades de terapia intensiva na Santa Casa de Misericórdia de Cambé.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 2438

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. André Monteiro - Consultor Comercial da Brasil Telecom, no sentido de autorizar a instalação de 01 (um) telefone público na Rua Eurípedes Moraes Silva, 1000 - Conjunto Águia, em frente à Igreja Evangélica Assembléia de Deus, no Município de Pinhais, conforme requerimento aprovado na Câmara Municipal, de autoria do ilustre Vereador Joãozinho Ribeiro.

Tal solicitação prende-se ao fato de a referida denominação evangélica desempenhar um excelente trabalho na comunidade e necessita com a máxima urgência da instalação deste telefone público.

Requer ainda que seja dado ciência ao Vereador José Rodrigues Dias, Presidente da Câmara Municipal e ao Vereador Joãozinho Ribeiro, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Camilo di Lellis, 393 - CEP 83.323-000 - Pinhais / PR.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO Nº 2439

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência, melhorias no policiamento ostensivo aos moradores do município de Palmas.

Tal solicitação, prende-se ao fato de haver um crescimento no número de assaltos, roubos, formação de gangues de jovens, atos de vandalismo e utilização de drogas em plena luz do dia por jovens delinquentes, no referido Município, conforme e-mail recebido relatando estes fatos.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO Nº 2440

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e ao Presidente do IAP, solicitando informações sobre qual será a penalidade a ser aplicada aos responsáveis pelo extermínio de mais de quarenta árvores centenárias do dito "Parque Honório", no Município de Ponta Grossa, conforme Ofício nº 324/2005 - SEMA/GS, onde consta que "incidiu em erro, talvez pelo fato de não ter ouvido a Procuradoria Jurídica do IAP e desconhecer o fato da existência da ação judicial, fato que por si só vedaria qualquer autorização sem a oitiva da jurídica".

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 2422

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição do artigo: "Getúlio Vargas, político exemplar", de autoria do Dr. Léo de Almeida Neves, publicado na Gazeta do Povo do dia 23 de agosto de 2005, na página 10, para que fique registrado para a posteridade nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Dr. Léo de Almeida Neves.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### REQUERIMENTO Nº 2423

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição do artigo: "Corrupção, Moral e Doutrina Social da Igreja", de autoria do Sr. Vendelino Estanislau, publicado na Gazeta do Povo, à página 10, do dia 23 do corrente, para que fique registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, para a posteridade.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Sr. Vendelino Estanislau.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### REQUERIMENTO Nº 2440-A

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja arquivado o Projeto de Lei nº 382/2003, de autoria do Deputado Estadual Vanderlei Iensen.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei está contemplados nos argumentos da Lei nº 14.701/2005, que dispõe sobre concessão de inscrição do CAD/ICMS para a atividade econômica de importação ou distribuição, inclusive transportador-revendedor-retalhista, de combustíveis automotivos derivados ou não de petróleo.

Por isso, entende-se ser cabível o arquivamento, tendo seu autor concordado com isso.

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 502/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jandaia do Sul, com sede e foro em Jandaia do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jandaia do Sul, entidade sindical de primeiro grau, com sede na Rua Clementino Puppi, nº 111, Município de Jandaia do Sul, Estado do Paraná, é constituído para fins de coordenação

nação, proteção e representação legal da categoria profissional “Trabalhadores Rurais” integrantes do plano de Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações, tudo no sentido de solidariedade social e de sua subordinação aos interesses nacionais.

#### PROJETO DE LEI Nº 503/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Jacob Alfredo Stoffels Kaefer.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de homenagear Jacob Alfredo Stoffels Kaefer, um cidadão que muito fez para o progresso do Estado do Paraná, através de sua vida empresarial em vários outros campos de atuação na sociedade paranaense, conforme demonstra o seu vasto *curriculum vitae*.

### Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 30 Srs. Deputados.

### Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa

### Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### 3ª Discussão

##### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que institui o Prê-

mio Estadual de Direitos Humanos no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHDC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

##### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que estabelece regras para anotação e registro de dados relativos a proprietários e aos condutores de veículos no Estado do Paraná, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

##### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 118/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/2005, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 01, de 02/08/72, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2426, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. - **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei Complementar nº 118/2005.

##### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Agudos do Sul, com sede e foro no Município de Agudos do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### 2ª Discussão

##### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 252/2003, de autoria do Deputado Luciano Ducci, que estabelece normas e critérios para clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de autoria do Sr. Deputado Marcos Isfer, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO AO  
PROJETO DE LEI Nº 252/2003

Art. 1º O parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei nº 252/2003, terá a seguinte redação:

“Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se nos casos de procedimentos que utilizam, principalmente a eletroterapia e outros, como: sonidoterapia, termoterapia, fototerapia, vacuoterapia e pressoterapia, somente nas clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que possuam mais de 20 (vinte) profissionais da área de estética.

Sala das Sessões, em 24.08.2005.

(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

Cida Borghetti, Barbosa Neto, Cesar Seleme e Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Modificativa visa assegurar os direitos de funcionamento dos estabelecimentos de pequeno e médio porte sem aumento de gastos trabalhistas para contratação de profissionais para o atendimento desta lei.

As atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos em questão podem desenvolver suas atividades de maneira regular, satisfatória e segura sem que tenham que contratar um número maior de funcionários e por consequência onerar a empresa.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

**O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/2003, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que obriga as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAIC e CDC. **Em votação.**

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, coversei com o Deputado Iensen, ontem, a pedido do SINDICOMBUSTÍVEL que é o sindicato que representa os revendedores. A iniciativa desse projeto, do Deputado Iensen, muito louvável - na época - porque no Paraná e no Brasil existe ainda um esquema de adulteração de combustível que está virando um câncer no nosso País.

Portanto, a iniciativa do Deputado Iensen vem no sentido de coibir a adulteração colocando um lacre eletrônico nos tanques de combustível, que seria acionado com acesso da empresa distribuidora que tem a bandeira do posto.

Porém, Sr. Presidente, nesse ínterim, esta Casa aprovou um projeto e o Governador Requião sancionou, mais amplo, que vem radicalizar, nesta área para acabar, definitivamente com a adulteração de combustível, que cassa, que corta a inscrição de ICMS dos postos que forem apanhados com produtos adulterados. Tenho convicção que esta Casa resolveu, Sr. Presidente, o problema.

Neste sentido esse projeto iria apenas onerar os donos de postos que teriam que comprar o equipamento e ainda com a agravante, segundo o SINDICOMBUSTÍVEL, hoje cerca de 33% dos postos são de bandeira branca, então não teria com quem ficar a chave; esse seria um dos problemas, mas, como nós temos aqui aprovada e sancionada pelo Governador uma lei que vem resolver o problema cassando o ICMS, fechando os postos que têm produto adulterado, resolvemos o problema.

Falei com o Deputado Iensen e ele me deixou a vontade para nós derrubarmos esse projeto a fim de não onerar mais os donos de postos de combustível.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu sugiro a V. Exa. que encaminhasse um ofício à Mesa pedindo arquivamento para o projeto, assim não precisava nem rejeitar. Agora o senhor faria verbalmente, e logo em seguida, por escrito.

O SR. JOCELITO CANTO (Sem Partido) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, consultaria a V. Exa. se pode um Deputado que não é autor do projeto pedir a sua retirada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pode, regimentalmente não há problema nenhum.

O SR. HERMES FONSECA (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, seria então, de bom alvitre, pedir a retirada por duas ou três Sessões, para que o próprio autor pedisse a retirada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tem como; ele já não está exercendo o mandato Parlamentar e não teria como encaminhar requerimento para esta Casa pedindo o arquivamento.

Não há como esta ação, se ele está afastado.

Quero consultar o Deputado Stica se ele mantém este arquivamento?

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Eu mantenho, porque tenho autorização do Sr. Vanderlei Iensen, para resolvermos da melhor maneira.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Requerimento nº 2440A, do Deputado Natálio Stica, pedindo o arquivamento do Projeto de Lei nº 382/2003. **Aprovado o requerimento.**

Fica, portanto, arquivado o Projeto de Lei nº 383/2003.

Com voto contrário do Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (Sem Partido)

Voto contrário porque não entendo esse posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Regimentalmente está perfeito, nobre Deputado.

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/2004, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que determina que as agências bancárias de atendimento ao cliente tenham, obrigatoriamente, sanitários públicos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHCDC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que proíbe a exibição de filmes de terror, crimes, mortes e atos violentos, nos ônibus intermunicipais e interestaduais no território paranaense. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHCDC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 482/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/2005, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Paraíso do Norte, do imóvel situado naquele município. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### 1ª Discussão

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/2003, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que estabelece o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito no Estado do Paraná em até 24 parcelas e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 021/2003, de 22/04/2003**).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 221/2003

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, estabelece o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito no Estado do Paraná em até 24 parcelas e dá outras providências.

Em sua justificativa o nobre Deputado alertou para a existência de **descontos** em multas quando pagas em datas determinadas pelo órgão emissor, sendo possível usar da mesma prerrogativa para os infratores que não

dispõem do recurso financeiro no vencimento da multa (grifo nosso).

Observamos que, numa pesquisa na Diretoria Legislativa desta Casa, encontramos algumas leis aprovadas e sancionadas que tratam da mesma matéria. Para exemplificar citamos algumas: Lei 11.801/97, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo a anistiar multas e atualização monetária e parcelar em até 12 (doze) meses os IPVA's em atraso, no Estado do Paraná; Lei 12.955/2000, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que dispõe sobre parcelamento de créditos tributários devidos em decorrência da Legislação do IPVA e de multas de trânsito estaduais; Lei 13.274/2001, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre os créditos tributários referentes ao IPVA, as multas de trânsito estaduais e a taxa de estadia do DETRAN, poderão ser parceladas em até 12 (doze) vezes.

Chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através do Substitutivo Geral, anexo.

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 221/2003

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a promover o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito em até 24 (vinte e quatro) parcelas.

§ 1º O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados implicará na imediata exigência do saldo devedor, prevalecendo os benefícios desta lei somente no que se refere aos valores das parcelas pagas.

§ 2º O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$25,00 (vinte e cinco reais).

§ 3º O disposto neste artigo não enseja a restituição ou compensação de pagamentos já efetuados.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 221/2003

#### P A R E C E R :

#### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Fernando Ribas Carli, estabelece o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito no Estado do Paraná em até 24 parcelas.

**Fundamentação**

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável na forma de substitutivo geral.

**Conclusão**

Isto posto, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 221/2003, ao encontrar méritos indiscutíveis na proposta do Deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza o Poder Executivo parcelar débitos referentes a multas de trânsito no Estado do Paraná, parcelamento este já concedido em anos anteriores por proposições de iniciativa dos Deputados Toti Colaço, Luiz Carlos Martins e Divanir Braz Palma.

Sala das Comissões, em 27.04.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que concede o título de cidadão honorário do Estado do Paraná ao Sr. Assad Nabhan. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 001/2005, de 16/02/2005).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 005/2005

**P A R E C E R :****Do Projeto**

O presente projeto de lei, de autoria do eminente Deputado Barbosa Neto, tem como escopo conceder título de cidadão honorário ao Sr. Assaad Naghan.

**Da Análise Legal**

Dispõe a Lei nº 13.115 de 14/02/2001:

“Art. 1 O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será concedido a pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada (...)

Art. 2º Cabe exclusivamente aos Partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou cidadão benemérito do Estado do Paraná.”

**Do Voto**

Ante o exposto, não havendo óbice quanto à correta aplicação da técnica legislativa e tampouco acerca da legalidade e constitucionalidade do presente projeto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 005/2005.

Sala das Comissões, em 22.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2436, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expedi-

ente, solicitando o adiamento de votação por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões, do Projeto de Lei nº 005/2005.

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.580/1996. (ICMS). (Redução de 18% p/ 12% - comercializações de máquinas e equipamentos de terraplanagem). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/2005, de 31.05.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 337/2005

**P A R E C E R :****Histórico**

O Projeto de Lei nº 337/2005, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, dispõe sobre a redução da alíquota do ICMS incidente nas operações de comercialização de máquinas e equipamentos de terraplanagem, de 18% para 12%.

É público e notório que nos últimos dias a guerra fiscal foi avivada, especialmente por força de medidas adotadas pelo Governo de São Paulo, que deu tratamento tributário diferenciado a uma série de produtos, tornando-os mais competitivos e, ao mesmo tempo, inviabilizando a comercialização por outras unidades da federação por terem uma tributação mais onerosa e causando prejuízos que trarão a falência e o desemprego no Estado do Paraná.

No caso em concreto ora em análise, optou o Estado de São Paulo - a maioria dos fabricantes de máquinas e equipamentos de terraplanagem estão lá localizados - em determinar em 12% a alíquota a ser aplicada em operações que destinarem tais equipamentos a pessoas não contribuintes estabelecidas em outros Estados. Com a iniciativa, eliminou-se um elo da corrente de distribuição, pois começaram a ocorrer as vendas diretas dos fabricantes aos usuários finais (principalmente Prefeituras Municipais) e, conseqüentemente diminuindo a arrecadação do ICMS do setor, já que a revenda situada em solo paranaense, no máximo receberá apenas uma comissão sobre a venda, sem a incidência do tributo estadual.

Assim, por representar os anseios de toda comunidade, não poderia a Assembléia Legislativa deixar de somar-se na busca de uma solução para o problema.

**Fundamentação**

É inegável que as Assembléias Legislativas podem legislar sobre matéria tributária na forma do artigo 24 da Constituição Federal.

No caso presente, a questão reveste-se de verdadeira medida compensatória, que no passado teve legislação própria criada por esta Casa de Leis, através da Lei

10689/93 e, mais recentemente, a Lei nº 14160 de 16.10.2003.

As referidas legislações foram criadas justamente para proteger a economia estadual frente aos inúmeros benefícios concedidos pelas outras unidades da Federação, em desacordo com as regras constitucionais, sendo exatamente este o caso que ora se discute.

Também, é de se ressaltar que a proposta está em consonância com a regra estabelecida no item VI do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição Federal, já que a nova alíquota proposta não é inferior àquelas previstas para as operações interestaduais.

Em relação aos impeditivos da LC 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, muito embora a redução da alíquota esteja discriminada como uma das formas de renúncia fiscal, é facilmente identificável que com a efetivação de uma alíquota mais baixa haverá aumento de arrecadação, já que nos moldes atuais apenas o Estado de origem é que estaria recebendo o imposto da operação e com o tratamento isonômico, as revendas situadas no Paraná poderão e deverão retomar as vendas tributadas, recolhendo o ICMS devido sobre valor agregado.

#### **Conclusão**

Pelos motivos expostos, pelos fundamentos legais, sou de parecer pela constitucionalidade do presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 337/2005**

**P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente plano de lei é da lavra do nobre Deputado Hermas Brandão, e objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, (ICMS).

#### **Fundamentação**

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

#### **Conclusão**

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em tela, não encontrou nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Busca o projeto em questão reduzir a alíquota do ICMS incidente nas operações de comercialização de máquinas e equipamentos de terraplanagem, de 18% (dezoito por cento) para 12% (doze por cento). Vale ressaltar que a legislação do ICMS do Paraná já tributa os veículos automotores, inclusive automóveis e motocicletas, micro-tratores e implementos agrícolas pela alíquota proposta.

Desta forma, o nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 337/2005.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.08.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

#### **ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Recanto da Fraternidade Plantando Vidas, com sede e foro no Município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/2005, de 02.08.2005).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 441/2005**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria da Deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública o Recanto da Fraternidade Plantando Vidas, com sede e foro no Município de Maringá, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação. Assim, somo de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 445/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pioneiros Mourãoenses, com sede e foro no Município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/2005, de 02.08.2005).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 445/2005**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ademar Traiano, declara de Utilidade Pública a Associação dos Pioneiros Mourãoenses, com sede e foro no Município de Campo Mourão, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somo de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 15**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 454/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que declara de Utilidade Pública o Instituto Fundação Manoel da Graça, com sede e foro no Município de Arapongas. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 077/2005, de 08.08.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 454/2005

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declara de Utilidade Pública o Instituto Fundação Manoel da Graça, com sede e foro no Município de Arapongas, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somo de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 16**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar a cessão de imóvel situado nesta Capital, à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - AMCIP. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTCEC. Aprovado. (Publ. no DA nº 077/2005, de 08.08.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 468/2005

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei 468/2005 de autoria do Deputado Cesar Seleme, visa autorizar o Executivo a prorrogar a cessão de uso do imóvel de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Curitiba.

Trata-se apenas de prorrogação de cessão, tendo esta a duração até 31 de dezembro de 2008, podendo o imóvel ser retomado a qualquer tempo pelo Estado, não havendo, portanto, nenhum impedimento legal ou constitucional.

O parecer é favorável.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 468/2005

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo autorizar o

Poder Executivo a prorrogar a cessão de imóvel, situado em Curitiba, à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - AMCIP.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável para a mesma.

Quanto ao mérito, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, entende que a proposição objetiva proporcionar a AMCIP, com a prorrogação de cessão, a continuação do maravilhoso que presta para a comunidade paranaense.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 468/2005.

Sala das Comissões, em 23.08.2005.

(aa) MILTINHO PUPIO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

**ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 476/2005, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a A São Lucas Futebol Clube, com sede e foro no Município de Paranavaí. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 079/2005, de 10.08.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 476/2005

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública a A São Lucas Futebol Clube, com sede e foro no Município de Paranavaí, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somo de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**Discussão Única (Indicação)****ITEM 08**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 032/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que requer a abertura, pelo Governo do Estado, de concurso público para contratação, em caráter de urgência de profissionais para atendimento no Instituto Médico Legal - IML, em todo o Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 082/2005, de 16.08.2005).**

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, no dia 24 de junho tivemos aqui uma Audiência Pública, e discutiu-se a questão proble-

mática da implantação de novas centrais hidrelétricas e um pouco o problema que causa isso para várias famílias quando são obrigadas ou são desalojadas para a construção de novas centrais hidrelétricas. Naquele dia da audiência Pública foi tirado o encaminhamento de que estaríamos criando uma frente Parlamentar, o surgimento, a implantação de novas centrais hidrelétricas. E na mesma tarde encaminhamos um requerimento a esta Casa assinado por vários Deputados, e foi aprovado. Agora falta criar essa frente Parlamentar.

Gostaria de deixar o convite aos Deputados que tiverem interesse em participar dessa frente Parlamentar que vai acompanhar a implantação de novas centrais hidrelétricas no nosso Estado, que até o final da Sessão de segunda-feira comunicasse à Mesa para que possamos formar essa comissão e possamos dar o acompanhamento necessário até para poder corresponder os encaminhamentos dados na audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Gostaria, apenas, de anunciar a vida do jornalista Paulo Henrique Amorin a esta Capital no próximo sábado, quando será lançado o livro “Plin Plin a Peleja de Brizola Contra a Fraude Eleitoral” no próximo sábado uma tarde de autógrafo a partir das 15h00 às 18h00 na Saraiva Mega Store no Cristal Plaza Shopping.

Permita-me o comercial, mas é um livro histórico, já que na data de hoje também comemoramos os 51 anos da morte do grande Getúlio Vargas e também os 44 anos da Campanha da Legalidade, evento esse que contou com a presença de lideranças pedetistas na manhã de hoje, na Praça Tiradentes, nesta capital.

Obrigado, Sr. Presidente.

## **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nºs 2422 e 2423, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** (**As matérias acham-se publicadas no final desta Ata**).

Requerimento nº 2424, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2427 a 2430, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2432, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2433, de autoria dos Srs. Deputados Tadeu Veneri e Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2434 e 2435, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2437, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2438 e 2439, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2440, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 484/2004; 321, 370, 416, 417 e 446/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 221/2003; 337, 441, 445, 454, 468 e 476/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 233/2004; 261, 320 e 367/2005.

Levanta-se a Sessão.

## **Transcrições:**

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 24 DE AGOSTO DE 2005.

### **“Getúlio Vargas, político exemplar”**

Léo de Almeida  
Jornal do Brasil

Nestes tempos de aviltamento e descrédito das instituições, avulta a personalidade de Getúlio Vargas, que governou o Brasil por 19 anos e dedicou-se à política durante 37 anos (Governador do Rio Grande do Sul, Ministro da Fazenda, Deputado Estadual e Federal, Senador), deixando exemplos de honorabilidade, virtudes republicanas e total consagração aos interesses do povo e da Nação.

Os 51 anos decorridos do suicídio do estadista - o mais trágico episódio da história nacional - revelaram de maneira inquestionável que os filhos de Dna. Darcy e de Getúlio (Lutero, médico; Alzira, advogada; Jandira, do lar; Manoel, engenheiro agrônomo) não acumularam bens materiais, como também seus irmãos Viriato, Protásio, Espártaco e Benjamin. Na verdade, Getúlio zelou com pulso firme pela integridade dos cofres públicos nos

longos anos de poder, sendo quinze de regime autoritário, exceto na vigência da Constituição de 1934 até 10 de novembro de 1937, início do Estado Novo que perdurou até 29 de outubro de 1945, quando as Forças Armadas o depuseram.

A revista O Cruzeiro, que fazia parte da rede de jornais e rádios denominada Diários Associados, quase quatro anos após a morte de Vargas, mandou à sua terra natal, São Borja/RS, um de seus melhores jornalistas, Arlindo Silva, para fazer reportagem (publicada dia 19.04.1958) sobre o inventário do ex-Presidente.

No derradeiro mandato getulista (1951 a 1954), os Diários Associados fizeram feroz e implacável oposição, com virulentos ataques pessoais ao Chefe da Nação, e certamente estavam ávidos de divulgar que Vargas juntara fortuna no lapso em que administrou o país, a partir da vitoriosa Revolução de 1930.

Quedaram-se frustrados, pois o inventário de Getúlio Vargas mostrava que ele possuía as mesmas propriedades de quando assumiu o poder, herança de seus pais, acrescidas de um apartamento no Morro da Viúva, Rio de Janeiro, adquirido com financiamento da Caixa Econômica Federal.

Em matéria de sete páginas, a revista O Cruzeiro esmiuçou os haveres de Vargas e reconheceu sua absoluta honestidade. Quando o corpo ensangüentado de Vargas com o coração dilacerado pelo tiro que ele mesmo disparou foi encontrado no Palácio do Catete, na manhã de 24 de agosto de 1954, todos puderam observar a extrema simplicidade dos seus aposentos, que até hoje podem ser vistos no Museu da República, RJ.

A única CPI no Governo Vargas (arquivada por inconsistência) teve por motivo o jornal Última Hora, fundado por Samuel Wainer em 1951, com financiamento do Banco do Brasil, que revolucionou a imprensa, impresso em cores, paginação moderna, articulistas de renome, colunas com notícias de sindicatos, valorização da classe jornalística através de salários condizentes pagos em dia, e, naturalmente, defesa apaixonada da linha nacionalista de Vargas, que criou a PETROBRAS, o BNDE(S), o Banco do Nordeste, anunciou a ELETROBRAS e aumentou o salário mínimo em 100%, embora atendessem exigência do “Manifesto dos Coronéis”, demitindo João Goulart do Ministério do Trabalho.

Na fase anterior (1930 a 1945), Getúlio tinha decretado o Código de Minas (subsolo da União), criado a Cia. Siderúrgica Nacional de Volta Redonda e a Cia. Vale do Rio Doce e outorgado a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A verdade insofismável é que o principal fator desencadeante da deposição de Getúlio em 1945 e da crise político-militar que o levou ao sacrifício da própria vida em 1954 foi sua política nacionalista do petróleo, conforme descrito no livro sobre Nelson Rockefeller, o “rei do petróleo norte-americano”, escrito pelos jornalistas Gerard Colby com Charlotte Dennett, tradução de Jamari

França, baseado em documentos do Departamento de Estado dos EUA (Editora Record, 1998).

O extremo gesto de auto-imolação interrompeu a festa na residência do Vice-Presidente Café Filho, onde os golpistas comemoravam a “licença” de Vargas da Presidência da República, que seria para sempre porquanto não permitiram sua volta.

“Aos que pensam que me derrotaram, respondo com minha vitória”, escreveu Vargas na sua Carta Testamento. Mais impactante ainda: quis criar a potencialização de nossas riquezas através da PETROBRAS e mal esta começou a funcionar a onda de agitação se avoluma”. “A ELETROBRAS foi obstaculizada até o desespero”.

Foram tão fortes suas palavras grandiloquentes, que nem seu sucessor nem os Presidentes seguintes tiveram a audácia de privatizar a PETROBRAS, que em dezembro de 2005 conquistará a definitiva auto-suficiência na produção de petróleo, tampouco a ELETROBRAS responsável pela construção de Itaipu, Tucuruí e de outras hidrelétricas gigantes.

Lamentável que grande número de nossos livros didáticos de História, por puro preconceito de seus autores, não publiquem a Carta-Testamento de Getúlio Vargas, escrita com o próprio sangue do personagem que fincou os alicerces do Brasil moderno economicamente e do caminho para uma sociedade fraterna e igualitária. Algumas obras omitem até a existência da Carta-Testamento.

Bem se houve o ex-Presidente Itamar Franco, que determinou ao Ministério da Educação imprimir a Carta-Testamento para distribuição em todas as escolas públicas do país. Em contraste, Fernando Henrique Cardoso, no discurso de despedida do Senado, proclamou o fim da “Era Vargas”.

Getúlio jamais será esquecido, não só pela sua monumental ação administrativa, mas igualmente pelas lições e atos de patriotismo, coragem pessoal e cívica, devotamento aos trabalhadores e ao povo e inequívoca honradez e dignidade pessoal.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 24 DE AGOSTO DE 2005.**

### **“Corrupção, Moral e Doutrina Social da Igreja”**

Vendelino Estanislau  
Gazeta do Povo

O Brasil enfrenta duro combate ao crime da corrupção, o qual custou, ao longo dos tempos, noites de insônia e vergonhosas discriminações. A corrupção é processo lento, cujos vestígios se apresentam inicialmente imperceptíveis. Trata-se de germe nocivo que se instala nos seres vivos e prolifera em seus organismos até

encontrar terra fértil à sua ação devastadora. Já a corrupção moral deprava os costumes da pessoa que, por sua vez, sendo “incapaz” de impor-se princípios de autocontrole, termina por considerar a própria vida como modelo válido”.

Ninguém nasce corrupto. Algumas vezes, a corrupção instala-se veladamente e com relativa facilidade em seres humanos pouco efeitos ao respeito dos direitos alheios; outras vezes, instala-se em pessoas fortemente seduzidas pelas presumíveis vantagens que o crime lhes oferece. Sem profilaxia moral e sem o exercício de autocontrole, tais indivíduos correm o risco de corromper-se e serem futuros agentes corruptores.

A corrupção não se limita aos delitos individuais. Ela também invade casas alheias, age no campo político e econômico, infiltra-se nas estruturas e instituições sociais. No caso do Brasil, ela corre solta e alimentada pela impunidade. É sustentada pela multiplicidade de partidos políticos sem conteúdos programáticos definidos e - por que não? - alimenta o povo sem instrução elementar. Vota-se a toque de caixa, visto que parte do povo gosta do espetáculo e adora bravatas eleitorais.

Por outro lado, não se pode inculpar o povo pelo triste espetáculo que somos obrigados a assistir. É notório que as normas institucionais, por si só, não são suficientes para frear o lamaçal da ganância rumo ao poder. A sociedade reclama de estruturas e garantias sábias e prudentes para exercer um possível controle cívico-moral. Necessita de pessoal normalmente sadias e devotadas à causa do bem comum. Precisa de homens e mulheres comprovadamente voltados à salvaguarda do patrimônio ético, cívico e moral, acumulado ao longo da história. Em suma, necessitamos de pessoas que Cícero costumava saudar com o honroso título de “Pais da Pátria”.

Nesta perspectiva, o Conselho Pontifício Justiça e Paz, a conselho do saudoso Papa João Paulo II, promulgou o valioso Compêndio da Doutrina Social da Igreja. Trata-se de obra longamente discutida e meditada. Nela, os autores auspiciam a promoção da cultura da solidariedade para estabelecer uma ordem econômica mais justa, “na qual não domine somente o critério do lucro, mas também os da procura do bem comum nacional e internacional, justa distribuição dos bens e da promoção integral dos povos”. Solicita-se ainda renovado vigor no testemunho da verdade plena, encontrável no Evangelho. Este testemunho é imprescindível, face à preocupante difusão do relativismo e do subjetivismo cego, veiculados no campo da moral, da política, da economia e de práticas viciadas.

O mundo moderno, dominado pelo imaginário do relativismo e do subjetivismo, sente-se profundamente ameaçado pela insegurança, terror, fome e guerra. Não vai ser o relativismo e nem o subjetivismo que vão restaurar a justiça violentada e restituir a justa distribuição dos bens da terra, em princípio, creditados a todos os seres humanos. O caminho rumo à verdadeira globalização dos bens da terra passa, necessariamente, pela solida-

riedade. Todas as pessoas precisam de comida e água, e não apenas reduzido grupo de pretensos senhores do mundo.

Para contribuir na obra da globalização da solidariedade, o Pontifício Conselho de Justiça e Paz lançou, no Brasil, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, repetindo o gesto em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Nenhum outro país mereceu tal distinção. O Brasil precisa beneficiar-se desta outorga para lançar fundamentos sólidos, rumo a um futuro mais tranquilizador, justo e humano.

Evidentemente, o destino do Compêndio não depende do número de exemplares vendidos, tampouco se esgotará nas conferências e apresentações. O sucesso do Compêndio “medir-se-á pela convicção com que será acolhido e pelo uso que dele se fará uma presença refletida, consciente, coerente e comunitária dos leigos católicos na sociedade e na política”. A Doutrina Social da Igreja interessa a todos quantos se preocupam com a saúde, melhoria da economia e da política e restabelecimento da justiça e da paz.

## ***Publicações:***

### ***Diretoria Geral***

#### ***Despacho do Diretor***

PROCESSO Nº 3182/2005

Requerente: ADILSON VICENTINI

Assunto: Encaminha expediente

Data: 03/05/2005.

Despacho:

1) De acordo com o Parecer nº 040/2005 da Procuradoria Geral, opino pelo Indeferimento.

Em 19/07/2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

### ***Ata de Comissão***

#### ***Comissão de Constituição e Justiça***

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ailton Araújo, Ademar Traiano, Barbosa Neto, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Delegado Bra-

voto favorável dos Deputados Barbosa Neto, Ailton Araújo, Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins e Plauto Miró Guimarães, voto CONTRÁRIO dos Deputados Delegado Bradock, José Maria Ferreira, Hermes Fonseca, Elton Carlos Welter, Duílio Genari e Ratinho Júnior; e voto de desempate do Presidente, Deputado Durval Amaral. A presente reunião transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretário

